

Conselho aprova projeto urbanístico

MARINA DE SÁ

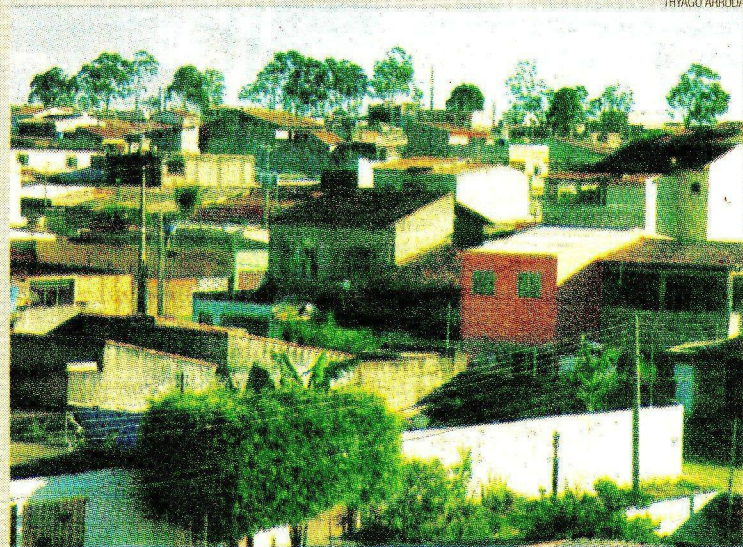
A primeira reunião ordinária do ano do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF (Conplan) aprovou o projeto urbanístico preliminar da expansão do Riacho Fundo II. A área possui aproximadamente 128 hectares e servirá para que 23 mil moradores de baixa renda residam na região. A reunião, que foi presidida pelo secretário interino da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), Luis Antônio Reis, também discutiu o projeto de lei que regulamenta os "puxadinhos" localizados no comércio da Asa Sul.

A aprovação da licença prévia ambiental da expansão do Riacho Fundo II pelo Conselho do Meio Ambiente (Conam-DF) ocorreu em outubro do ano passado. O projeto urbanístico propõe criar 14 quadras - da QN 18 a 31 - para abrigar cerca de seis mil famílias, que devem estar cadastradas na Seduma. Para adquirir os lotes, deverão pagar uma taxa. A secretaria só informou que trata-se de uma "taxa simbólica", mas ainda não colocou valores numéricos.

O governo do Distrito Federal foi o responsável pela criação do projeto urbanístico. Através do Ministério das Cidades, o go-

verno federal repassará os recursos para a implementação do setor. Para Anderson Luís da Silva, da Associação Solidária de Luta e Moradia, a aprovação do projeto urbanístico preliminar é vista como algo positivo. "Quanto mais famílias forem beneficiadas, melhor. A gente, com certeza, apóia esse projeto", conta Anderson.

Quanto aos puxadinhos no comércio da Asa Sul, o projeto foi encaminhado em 2007 para aprovação na Câmara Legislativa (CLDF) e pode atrasar. O Conplan formou uma comissão técnica para avaliar o projeto e somente no dia 28 de fevereiro irá se reunir para pre-



THIAGO APPLIDA

Riacho Fundo II será expandido em área de 128 hectares

parar um relatório. Esse deverá conter mais detalhes sobre os projetos arquitetônicos e poderá ser incluído no projeto - que, atualmente, está na Comissão de Assuntos Fundiários da CLDF.

Em 1996, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do DF (Iphan) cobrou o GDF sobre a ocupação desordenada do fundo de lojas no Plano Piloto. Depois de várias discus-

sões, os lojistas e o governo chegaram a um acordo: o limite máximo seria de cinco metros de ocupação para os estabelecimentos.

A comissão técnica do Conplan fez algumas considerações técnicas, as quais exigem discussões mais profundas. Logo, decidiu-se fazer uma reunião extraordinária para discutir o tema, que deve acontecer no dia 28 de fevereiro.